



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0006084-17.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Peronisvaldo Alves de Araújo**
 Requerido: **Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S A**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Comarca de São Carlos

1ª Vara Cível

Processo nº 637/13

VISTOS.

PERONISVALDO ALVES DE ARAÚJO, ajuizou a presente Ação de **COBRANÇA** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, todos devidamente qualificados.

O autor alega que no dia de 02/10/2005 sofreu lesões de natureza grave em decorrência de acidente de trânsito e na sequência ficou incapacitado para o trabalho. Requereu a procedência da ação determinando o pagamento do valor referente ao seguro DPVAT. A inicial veio instruída por documentos às fls. 06/38.

A requerida compareceu aos autos, juntando o documento de fls. 42; no entanto, não encartou sua defesa (conforme certificado a fls. 46/47).

Foi determinada a realização de perícia via IMESC conforme despacho de fls. 50.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Tendo em vista informação da patrono do requerente dando conta de que o mesmo reside no estado de Alagoas, foi deprecada a realização da perícia médica.

O laudo foi encartado a fls .151.

É o relatório.

DE C I D O.

A causa comporta julgamento no “estado” posto que desnecessárias outras provas.

A pretensão é procedente.

Ante a revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344 do CPC).

A controvérsia dos Autos cinge-se apenas ao não pagamento da devida indenização em virtude do acidente automobilístico.

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia 02/10/2005.

Assim, é a Lei 11.482/07 (fruto da conversão da MP 340/06, editada em 29/12/2006) que **tem aplicação in casu**; o artigo 3º, inciso “II” da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, **com redação dada pela Lei 11.482/07, de 31 de maio de 2007**, fixa o valor da indenização a ser paga pela



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

seguradora em “até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte” (*in verbis*).

Nesse sentido:

Ementa: AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) Sem cabimento a exigência de comprovação do pagamento do seguro. Comprovadas a ocorrência do acidente de trânsito de que foi vítima a autora e a invalidez parcial e permanente dele oriunda, de rigor é o acolhimento do pedido de indenização pelo seguro obrigatório. - UTILIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO POSSIBILIDADE - ACIDENTE ANTES DAS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 340/06, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.482/2007 É válida a utilização de salário-mínimo para quantificar a indenização decorrente de seguro obrigatório se o acidente ocorreu antes das alterações trazidas pela MP n.º 340/06 convertida na Lei 11482/07, não se verificando a incompatibilidade alegada pela requerida, nem se confundindo com índice de reajuste.. A resolução do CNSP, como ato administrativo, não pode alterar disposição estabelecida na norma legal. JUROS DE MORA DE 1% E CONTADOS DA CITAÇÃO Os juros de mora são devidos no percentual de 1% ao mês porque desde a citação, ocorrida após o advento do Código Civil de 2002. - Não sendo a seguradora a causadora dos danos que ensejaram o pagamento do seguro, não se aplicam os juros de mora desde a data do evento danoso, prevista no enunciado da Súmula nº 54/STJ.- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS À vista da não complexidade da causa é razoável o arbitramento dos honorários advocatícios em 10%. Apelos não providos. (TJSP, Apelação 0000259-28.2009.8.26.0180, Rel. José Malerbi, DJ 11/03/2013. Grifei)

O parecer médico que será utilizado para nortear a fixação do *quantum* devido é o encartado a fls. 151.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O autor fraturou a tíbia e o fêmur.

Ao responder o item IV de fls. 151 (quesitos formulados pelo autor), o vistor indicou que o requerente permanece com sequelas que tem nexos com o sinistro.

Embora não tenha indicado qualquer percentual de déficit patrimonial físico, é evidente que em se tratando de danos envolvendo membro inferior, esse déficit se verifica; e nesses casos vem sendo aplicado o percentual de 25%, que no presente caso, também entendo razoável.

Assim, lançando tal percentual sobre uma perda total de membro inferior de 70% e fazendo incidir o resultado sobre os R\$ 13.500,00, obtemos uma indenização de **17,5%, ou seja, R\$ 2.362,50**.

É o que, aliás, consta do entendimento sumulado nº 474 do STJ – *“a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”*

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a súplica inicial para o fim de **CONDENAR** a ré **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** a pagar ao autor, **PERONISVALDO ALVES DE ARAÚJO**, a quantia de **R\$ 2.362,50** (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), referente ao percentual de 17,5% da indenização do seguro DPVAT por ocorrência de sequela permanente prevista no artigo 5º, inciso “II” da Lei 6.194/74 (com alteração dada pela Lei 11.482/07).

Referido valor será pago com correção



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

monetária a partir da data do evento, ou seja, (02/10/2005) e juros de mora, à taxa legal, a partir da citação.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas entre as partes na proporção de 50% (cinquenta por cento). O autor deverá pagar R\$ 1.000,00 a título de honorários advocatícios ao patrono da seguradora e da mesma forma a Seguradora deverá pagar R\$ 1.000,00 a título de honorários ao patrono do autor. No entanto, em relação ao autor, tais verbas ficam suspensas em atenção ao disposto no art. 98 do CPC.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 27 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**